



O QUE ESPERAR DE 2026 NA POLÍTICA BRASILEIRA

O ano de 2026 será decisivo para o Brasil, marcado por eleições gerais que escolherão presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. O calendário eleitoral reorganiza naturalmente o ambiente político e impõe ritmo acelerado às negociações no Congresso, que deve concentrar votações até meados do primeiro semestre. A partir daí, parlamentares entram na corrida eleitoral e o debate nacional passa a girar em torno das candidaturas e das agendas prioritárias dos partidos.

No Congresso, 2026 deve iniciar com esforço para votar pautas estruturais que ficaram pendentes. Entre elas estão a regulamentação completa da reforma tributária, novos marcos para acelerar investimentos, atualizações do arcabouço fiscal, debates sobre a desoneração da folha para setores estratégicos e ajustes em políticas de incentivo ao agronegócio. Também deve avançar a discussão sobre segurança pública, tema que vem sendo pressionado por governadores e prefeitos diante do aumento da criminalidade em várias regiões.

Outro ponto que deve mobilizar o Parlamento é a agenda econômica. Com crescimento baixo e pressão sobre contas públicas, deputados e senadores devem se debruçar sobre medidas para simplificar regras, atrair investimentos e dar previsibilidade ao setor produtivo. Pautas como modernização do licenciamento, melhorias no ambiente de negócios e revisão de marcos regulatórios serão estratégicas para garantir estabilidade durante a campanha eleitoral.

Também deve ganhar força no início do ano a discussão sobre temas sensíveis que impactam diretamente o eleitor, como preço dos combustíveis, salário mínimo, programas de transferência de renda e ajustes em políticas de saúde. Essas matérias exigem atenção especial porque influenciam percepções de desempenho do governo e podem se tornar centrais no debate eleitoral. Por isso, o Congresso tende a buscar soluções que conciliem responsabilidade fiscal e impacto social.

Ao mesmo tempo, 2026 será marcado pelo avanço da comunicação política em ambientes digitais mais segmentados e pela alta influência das redes na formação de opinião. Partidos e lideranças terão de adaptar estratégias a um eleitor que debate menos em espaços amplos e consome mais conteúdo em canais privados, exigindo campanhas mais qualificadas e fiscalizadas. O próprio Congresso deve acompanhar esse movimento ao discutir regras eleitorais, comunicação institucional e limites para o uso de tecnologias como inteligência artificial.

